

ANC p 10

Preservar a Educação

Em relação à educação, seria de esperar que a Constituinte evitasse o irrealismo ou a febre restritiva que já prejudicou outros capítulos. Fala-se, por exemplo, em assegurar a gratuidade de todos os graus de ensino — do primário ao superior. Ninguém ignora, entretanto, que um dos vexames nacionais é a inexistência de uma rede decente de ensino básico — isto sim, algo que se pode cobrar de um regime democrático. Falhamos lamentavelmente neste terreno; mas já se fala em “garantir a gratuidade” da outra ponta do sistema. A quem se quer enganar com essa literatura? E por que deveria ser o ensino superior indiscriminadamente gratuito quando se sabe que as melhores escolas oficiais são preenchidas basicamente pelos alunos que vêm das melhores escolas particulares?

Outro ponto que poderia se tornar polêmico é o da destinação *exclusiva* das verbas da educação para instituições oficiais. A cair-se neste equívoco — o que não é provável —, a educação receberia um duro golpe, enquanto engordaria a postura meramente burocrática no ensino. Pode ser de todo interesse do país, por exemplo, apoiar nos projetos de pesquisa não-oficiais, centros de estudo de comprovada idoneidade. Amarrar totalmente as verbas ao ensino público significa estimular o comodismo e a mediocridade; premiar instituições que, por essa mesma mentalida-

de, crescem na folha de pagamento mas não na produtividade.

Um terceiro aspecto que merece exame é o de uma eventual *co-gestão* nas escolas particulares. O termo é excessivamente ambíguo. Tornou-se claro, na recente *batalha* do ensino particular, que os pais de alunos e as respectivas comunidades precisam acompanhar mais de perto o que se passa no plano da educação. Muitas das mencionadas *batalhas* foram travadas por mero desconhecimento, pela ingenuidade de achar que um ensino de nível razoável pode ser mantido por simples passe de mágica.

A colaboração que deve haver entre a escola e a comunidade a que ela serve não pode ser transformada, entretanto, numa *co-gestão* que impedisse cada escola de estabelecer a sua própria proposta educativa. Se há um terreno onde a liberdade de escolha deva ser preservada, este é o da educação. Essa liberdade desaparecerá se a escola particular se vir sujeita ao controle de maiorias eventuais, ou aos ventos da moda e das circunstâncias. Qualquer proposta de educação mais consistente se tornaria, automaticamente, impossível. E desapareceriam do dia para a noite tradições preciosas nesse terreno, submergidas pelas simples opinião de quem ainda engatinha no assunto.

19 MAI 1988

JORNAL DO BRASIL